



Prof. Dr. Djiby Mané (UnB)

Biografia:

Possui graduação em Letras, mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade de Brasília; é professor adjunto no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), na área de Linguagens; coordenador da área de Educação e Linguagens da Universidade de Brasília no campus Planaltina (UnB/FUP). Desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Letramento Racial nas escolas do Distrito Federal; Pessoas em Situação de Rua nas Imediações das Casas de Cultura; Scrabble: do jogo pedagógico à pedagogia do jogo por meio do letramento e numeramento a serviço da aprendizagem; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em África (MADSA); Ecologia Cultural e dança africana; Ecologia Cultural e dança kalunga; Digital Africarte e a produção de máscaras africanas.

Entrevistadora:

Prof. Dra. Renata Nogueira

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, professora colaboradora do Departamento de Antropologia da UnB, pesquisadora do Laboratório de Estudos em Globalização e Economias (LEEG-UnB), professora formadora da Uni-EAPE na área de relações étnico-raciais e integrante do grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa-GOET/EAPE. Contato: renatadeiansanogueira@gmail.com

Diversidade linguístico-cultural e decolonização

Nota contextual: Como parte das celebrações dos 10 anos da Revista Com Censo (RCC), entrevistamos o professor Dr. Djiby Mané, da Universidade de Brasília (UnB). A entrevista destaca a trajetória acadêmica e atuação de um professor senegalês no Brasil, que promove a valorização da diversidade linguística e cultural africana. Ele reflete sobre desafios enfrentados devido ao racismo e à glotofobia, especialmente em contextos onde o francês é privilegiado em detrimento das línguas locais. Na UnB, ele observa avanços lentos na inclusão de negros e critica a resistência na implementação da Lei de cotas para docentes. Em seu projeto de letramento racial, visa conscientizar estudantes sobre questões raciais, promovendo a valorização das culturas africanas. Além disso, ele desenvolve o projeto *Outros Olhares e Saberes sobre a África*, que amplia a compreensão sobre o continente africano, abordando temas como política, ecologia e colonialidade. A entrevista revela seu esforço contínuo para integrar epistemologias africanas em um sistema educacional ainda fortemente eurocentrado.

1. Revista Com Censo (RCC): Sua atuação profissional é marcada por articular o debate sobre diversidade linguística e cultural do continente africano e educação antirracista no Brasil. Fale-nos um pouco de sua trajetória e em que medida seus marcadores sociais da diferença, em termos de nacionalidade e raça contribuíram ou dificultaram a consolidação de sua carreira acadêmica em solo brasileiro.

Djiby Mané: “Língua e cultura”, “linguística e antropológica”, “sociolinguística e etnolinguística” são termos que expressam as relações entre línguas e culturas, no sentido mais amplo do termo. Enquanto a sociolinguística estuda a relação entre língua e sociedade na perspectiva variacionista, a etnolinguística, por sua vez, é o estudo da mensagem linguística em conjunto com todas as circunstâncias da comunicação. A relação entre sociolinguística e etnolinguística é ressaltada por Charadeau¹ ao afirmar que: “[...] não são as palavras em sua morfologia nem as regras de sintaxe que carregam significado cultural, mas os modos de falar de cada comunidade, os modos de usar as palavras, as formas de raciocinar, de contar, de argumentar, de brincar, de explicar, de persuadir, de seduzir”².

Também conhecida por antropologia linguística, a etnolinguística consiste no estudo multidisciplinar dos fatos linguísticos, combinando a análise linguística (fonologia, sintaxe e léxico) e a análise etnográfica e etnológica (registro e análise dos fatos culturais), de forma a poder apreender a sua dimensão total.

Como portadoras de conhecimento cultural e instrumento de cultura, é essencialmente por meio da língua

e da linguagem que aprendemos sobre o universo e sobre nós mesmos, pois elas nomeiam e expressam conhecimento e compreensão.

Ao longo da história da humanidade, as questões da linguagem estiveram, direta ou indiretamente, ligadas a questões de definições identitárias, de relações interétnicas e de estabelecimento de relações de dominação. Assim, a língua constitui um dos mais importantes marcadores de identidade que determina, em parte, as relações que serão estabelecidas entre os diferentes falantes.

A diversidade linguística e cultural é, sem dúvida, uma das principais questões que o mundo enfrenta hoje. A importância que assume hoje está obviamente ligada às novas tecnologias, à globalização e ao fato de a língua e a cultura sempre terem acompanhado o poder. A promoção da diversidade linguística é o corolário inseparável da promoção da diversidade cultural.

O conceito de diversidade linguística, um dos componentes da diversidade cultural, descreve uma situação em que várias línguas ou vários grupos linguísticos estão necessariamente em interação. Portanto, invoca todas as relações entre línguas e destaca-se de conceitos que apenas descrevem as áreas de desenvolvimento de uma determinada língua. Além disso, opera a partir de um ponto de vista que valoriza implicitamente a diferença, em vez de vê-la como um problema.³

Afirmar que a heterogeneidade linguística é uma realidade das comunidades significa que todas as línguas vivas estão sujeitas a forças de diversificação que garantem que os seus falantes não falem todos exatamente da mesma maneira. Este fenômeno, conhecido como variação linguística, demonstra a natureza eminentemente social da linguagem. Seja espanhol, francês, inglês ou português, as línguas variam porque são usadas por uma série de falantes com múltiplas identidades. Isto significa, portanto, que a língua não é uma ferramenta de comunicação neutra: qualquer pessoa que fala é imediatamente percebida como proveniente de uma determinada região, como pertencente a uma determinada faixa etária, como sendo educada ou não, etc.

A relação entre língua e cultura é perceptível no modo de falar de cada um, isto é, nas variações intra e interlinguísticas. O ditado “diga-me qual é a sua língua, que te direi qual é a sua comunidade de origem” ilustra bem essa relação. Em outras palavras, basta uma pessoa abrir a boca para se ter uma ideia de sua origem. Por sua vez, Fanon⁴ escreve: “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura”. Dessa feita, a valorização de uma língua significa a valorização de sua cultura.

Como negro, senegalês, ou seja, estrangeiro, considero-me um exemplo da diversidade linguística e cultural. Coexistem 36 línguas de diferentes *status* no Senegal, das quais falo quatro. Mas, infelizmente, devido à glotofobia⁵ de línguas supercentrais como o francês, a língua oficial

do país, muitas dessas línguas têm sido consideradas preconceituosamente dialetos. Pela minha origem racial, linguística e cultural, percebo que ainda sou confundido com aluno, uma vez que para essas pessoas, um negro não pode ocupar esse espaço como professor. Acreditam que um negro na UnB deve ser estudante cotista ou africano.

Nessas últimas décadas, a UnB tem enegrecido bastante em cumprimento à Lei nº 12.711/2012, a chamada Lei das Cotas, que define que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e às instituições federais de ensino técnico de nível médio devem reservar 50% de suas vagas para as cotas.

Na minha época de graduação, nos anos 90, um negro na UnB era geralmente estudante africano que ingressou por meio do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). E para aqueles que não conheciam o programa, todo estudante africano na UnB era considerado “filho de rei”.

Houve avanços no que diz respeito a enegrecer a UnB por estudantes negros. Mas, infelizmente, a Lei nº 12.990/2014, que trata das cotas para negros e pardos em concursos públicos, está enfrentando uma forte resistência. Em 2024, uma década após a publicação dessa Lei, ainda dá para contar nos dedos os professores negros nos quatro *campi* da UnB. Quando aparece um concurso para professores da UnB, é geralmente para uma vaga, o que tem levado os departamentos a não cumprir essa lei. Acredito que precisamos avançar bastante no tocante às ações afirmativas, cumprindo as leis independentemente de questões políticas.

2. RCC: Sabemos que você desenvolve uma série de atividades voltadas para educação antirracista nas escolas públicas do Distrito Federal. Comente sobre os principais desafios para se trabalhar epistemologias africanas e afrodiáspóricas em contextos extremamente eurocentrados como a escola.

Djiby Mané: A minha atuação com pautas antirracistas veio da minha formação linguística, o estudo científico da linguagem. Se o ditado diz que “quem tem boca vai a Roma”, costume dizer que “quem tem linguística vai a Roma”. Com isso, devemos entender que a linguagem, estudada pela linguística, está no centro de todas as atividades humanas.

Em seu livro *Linguagem, Escrita e Poder*, Maurizio Gnerre⁶ ressalta o poder da língua na comunicação. Ela é usada para o bem e para o mal. Assim, podemos dizer que todo racismo é linguístico, uma vez que aqueles que cometem atos racistas recorrem à língua por meio de discursos de ódio para inferiorizar o outro.

Como consequência da colonização e da escravatura, o racismo tem persistido em todas as suas formas nas sociedades. E, para acabar com esse flagelo, a educação

antirracista se faz de fundamental importância. É uma abordagem que consiste em promover a identificação de práticas, políticas, atitudes e comportamentos subjacentes ao racismo e modificá-los no intuito de erradicar o racismo em todas as suas formas.

Como venho trabalhando com letramento fonológico no contexto da língua portuguesa, preferi usar a expressão “letramento racial” ao invés de educação antirracista. Além disso, a própria palavra letramento envolve o uso da língua e da linguagem. Assim, no projeto *Por uma pedagogia do letramento racial em escolas do Distrito Federal*, a língua tem desempenhado um importante papel para conscientizar e educar racialmente os alunos sobre a problemática racial que assola o mundo.

A abordagem antirracista por meio do projeto *Letramento racial nas escolas do Distrito Federal* interessa-se pelas relações de poder e questiona as estruturas e o seu papel na produção-reprodução das desigualdades. Procura transformar as atitudes tanto quanto o currículo escolar e as práticas institucionais; o que requer uma análise da produção do racismo ou de outras formas de opressão em contexto escolar. É importante ressaltar que a instituição educacional como local de produção de identidades, e não apenas de conhecimento, deve garantir o desenvolvimento do engajamento ativo, do pensamento crítico e do *empoderamento* de estudantes, principalmente, de grupos historicamente oprimidos.

Todos nós, independentemente da cor da pele, temos um papel a desempenhar no nosso compromisso coletivo para erradicar o racismo em suas múltiplas manifestações. Porém, letrar racialmente as pessoas é um caminho cheio de pedras. Se o projeto objetiva cumprir e/ou fazer cumprir a Lei nº 10.639/2003⁷ o papel do professor como agente formador é de fundamental importância, uma vez que lhe cabe o papel de educador. A primeira barreira enfrentada, no entanto, é a formação desse profissional. Será que ele teve acesso a esses conteúdos durante a sua formação universitária?

Procurei responder a essa pergunta no início da pesquisa, aplicando um questionário na UnB e em escolas para verificar se a Lei nº 10.639/2003 é do conhecimento de todos e se está sendo cumprida. Porém, os resultados não foram surpreendentes, uma vez que os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da Universidade e das escolas não estão atendendo a essa lei, ou seja, não abordam temáticas sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Durante esses anos, os resultados do projeto apontam que os alunos envolvidos estão sendo letrados racialmente. Mas é importante ressaltar que não adianta decolonizar as mentalidades sem decolonizar os currículos das escolas e universidades. Infelizmente, os conteúdos na universidade e nas escolas continuam sendo eurocêntricos.

Assim, urge ressaltar que a educação antirracista ainda ocupa um lugar marginal nos PPCs das universidades públicas e escolas, bem como nas discussões e projetos sobre essa temática. Por não constar nos currículos das escolas, o racismo mostra-se como uma temática que faz eco, em geral, em datas comemorativas, como, por exemplo, no dia 20 de novembro, na comemoração ao Dia da Consciência Negra.

Por meio das atividades de letramento racial desenvolvidas na escola campo de pesquisa como, por exemplo “o Círculo Fechado”⁸, foi possível deduzir que a diferença é uma norma que deve ser identificada, aceita e respeitada.

As diferenças referem-se a necessidades e experiências únicas de cada pessoa, mas que podem constituir motivos de exclusão e discriminação (tratamento diferenciado prejudicial), quando são negligenciadas (por omissão) ou quando são vistas como déficits específicos do indivíduo. Referem-se também à construção social de diferenças baseadas em “marcadores” (sexo, cor, deficiência, etc.). Assim, para viver e conviver em uma sociedade democrática mais justa e igualitária, devemos respeitar as diferenças e considerá-las como um enriquecimento.

3. RCC: Sua atuação acadêmica tem se caracterizado em compartilhar saberes entre, para e além da universidade. Um exemplo dessa atuação é o projeto de extensão *Outros olhares e saberes sobre a África*, coordenado por você. Fale-nos um pouco deste projeto, destacando suas maiores contribuições no que diz respeito à ampliação dos conhecimentos sobre o continente africano dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Djiby Mané: *Outros Olhares e Saberes sobre a África* é um dos projetos que venho desenvolvendo na UnB. Na academia, as fontes de pesquisas são geralmente inesgotáveis; mas ela tem evitado tratar de questões relativas à decolonialidade e à diversidade, ou seja, temáticas relacionadas à África e à africanidade. Como senegalês de origem, tenho assumido um papel de embaixador africano na UnB, na minha atuação profissional e nos meus projetos de pesquisa. E essas ações têm sido possibilitadas pelo poder da linguagem, que é a minha área de formação e de atuação profissional.

Além da disciplina *Africanidade*, ministrada na graduação, sempre procuro tratar de temáticas relativas à África em meus projetos de pesquisa como, por exemplo: *Outros Olhares e Saberes sobre a África*, *Ecologia cultural e dança africana*, *Ecologia cultural e as religiões tradicionais africanas (RTAs)* e *Digital Africarte e a produção de máscaras africanas*.

O projeto *Outros olhares* reúne principalmente estudantes de graduação e pós-graduação e professores africanos na UnB. O seu objetivo consiste em discutir questões relativas à África. É uma forma de trilhar o

caminho dos pais das independências dos países africanos que, enquanto estudantes na Europa nos anos 30, organizavam-se para discutir questões sobre a África.

Aliás, a negritude, movimento político-linguístico, surgiu na França a partir das contribuições do senegalês Léopold Sédar Senghor e o martiniquense Aimé Césaire. Na mesma época, criaram a revista *L'Étudiant noir* ('O estudante negro', em português), que era uma arma poderosa para a afirmação da identidade linguística, política e cultural da África e diáspora.

O projeto *Outros Olhares e Saberes sobre a África* se distingue dos demais pela sua abrangência temática. Desenvolvido de forma híbrida para poder envolver mais pessoas dos quatro cantos do mundo, esse projeto aborda temas como política, educação, questões climáticas, economia, saúde, sociologia.

Sem dúvida, essas temáticas estão relacionadas com o passado colonial e seus efeitos na atualidade africana – a chamada colonialidade. A colonialidade significa que mesmo com as independências formais ou políticas dos países vítimas de colonização, o sistema colonial ainda continua operante nas diferentes instituições desses países. Ou seja, seus modelos de organização sociopolítica e econômica ou até mesmo religiosa acabam sendo determinados e influenciados pelo seu ex-colonizador ou por países que exercem hegemonia no cenário global.

Sem dúvida, a colonização é um mal para o continente africano, pois os países africanos foram vítimas de uma terrível violência colonial com mortes, expropriações, privações de liberdade e, acima de tudo, uma profunda negação da dignidade humana através da dominação política, econômica e cultural. Como exemplos dessa violência, podemos citar a guerra de Argélia e o massacre dos fuzileiros senegaleses mortos em Thiaroye, Senegal, em 1944.

A colonização, como enfatizou Césaire, é uma "negação da civilização", isto é, é um crime, uma barbárie intolerável.⁹ O mesmo autor acrescenta: "Falo de milhões de homens aos quais sabiamente se lhes inculcou o medo, o complexo de inferioridade, o temor, o pôr-se de joelhos, o desespero, o servilismo. Obscurecem-me com toneladas exportadas de algodão ou cacau, com hectares plantados de oliveiras ou de uvas. Eu, eu falo de economias naturais, harmoniosas e viáveis, economias na medida do nativo, desorganizadas; falo de hortas destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente em benefício das metrópoles, de saques de produtos, de saques de matérias-primas."¹⁰

Os africanos foram diminuídos pelo colonizador para ele se apoderar das suas terras, do seu trabalho e das suas vidas. O continente africano deve continuar a dar os seus recursos sem poder negociar o preço.

Como produto do projeto *Outros olhares e saberes sobre a África*, foi publicado, no segundo semestre de 2024, o livro *Cartas sobre a África: Afroperspectivismo*

sociocultural, econômico, ambiental e político. Os demais projetos desenvolvidos têm foco cultural, no intuito de divulgar a cultura africana e atender a Lei nº 10.639/2003. Como todas as culturas do mundo, a cultura africana tem características próprias, entre as quais: espiritualidade, pertença comunitária, solidariedade, hospitalidade, hierarquia da sociedade, oralidade e relação com o espaço e o tempo.

Um continente composto de 54 países, a África é um mosaico linguístico e cultural. Mesmo tendo sua cultura contemporânea resultado de contato de povos diferentes com suas respectivas línguas e culturas no território africano durante a colonização, a escravatura e a penetração do cristianismo e islamismo, os africanos se mantêm ligados às suas culturas tradicionais como, por exemplo, música, práticas religiosas e máscaras.

A *Ecologia Cultural e a dança africana* é um projeto de extensão orientado para a democratização e o desenvolvimento cultural em escolas públicas no Distrito Federal e na Universidade de Brasília (UnB). Oferece e defende o acesso à aprendizagem sobre a cultura africana em uma cultura dinâmica e em constante movimento, onde a "criatividade" se mostra como palavra-chave.

Quanto ao projeto *Ecologia cultural e as religiões tradicionais africanas* (RTAs), é importante ressaltar que a África é um continente profundamente religioso, tanto em termos de crenças como de práticas. As religiões africanas são praticadas em muitos países africanos e em todo o mundo (Brasil, Haiti, Cuba, Antilhas, etc.). Vêm de práticas ancestrais e se baseiam na crença em Deus através de divindades representadas pelas realidades da natureza como o céu, a água, a terra e as árvores.

Por sua vez, o projeto *Digital Africarte e a produção de máscaras africanas* consiste em produzir, por meio da impressora 3D, máscaras africanas, no intuito de divulgar a cultura africana através de exposições realizadas em escolas públicas do Distrito Federal e na UnB, disponibilizadas física e virtualmente para visitas.

A partir do projeto *AfricArte*, foi criado o Museu Baobá que, nada mais nada menos, é o acervo físico e virtual criado a partir do projeto *ÁfricArte e a produção de máscaras africanas*. Esse museu é uma mistura de referências históricas e modernidade, que se integra perfeitamente no seu ambiente ao mesmo tempo que convida à viagem e à descoberta, por meio de um acervo físico e virtual.

Na cultura africana, certos elementos culturais parecem comuns a várias regiões, países ou mesmo partes do continente, enquanto outros, por outro lado, são muito mais locais. Assim, não é possível falar em cultura africana, mas culturas africanas. Em outras palavras, apesar da incontestável diversidade cultural africana que se manifesta nas línguas, nas artes, nas tradições musicais e nas crenças religiosas, existem elementos de semelhança entre os povos do continente africano.

4. RCC: Você tem desenvolvido pesquisas sobre concepções de língua, dialeto e o preconceito sociolinguístico tanto no Brasil, quanto em Senegal. Fale um pouco sobre os efeitos desse preconceito.

Djiby Mané: Em um contexto de multilinguismo estatal, as línguas são geralmente hierarquizadas sendo uma com mais prestígio em relação a outras. No caso do Senegal, apenas o francês, língua oficial do país, é preconceituosamente considerada língua, enquanto as línguas maternas são chamadas dialetos e até línguas indígenas.

Nas minhas interações diárias, sempre me deparei com perguntas do tipo “Você fala que dialeto?”; “De onde é esse sotaque carregado? Você fala africano?” Com base nesses frequentes (e errôneos) questionamentos sociais, somente os europeus têm língua? A língua é apenas uma questão de prestígio?

Geralmente, as variedades são julgadas de acordo com o prestígio dos falantes que as utilizam. Enquanto a língua popular é estigmatizada, a da elite é valorizada; o que mostra que todo preconceito linguístico é, primeiramente, social. Em outras palavras, a correlação entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade linguística realça a questão conjunta do *status* social e até racial das pessoas e do *status* social de sua(s) própria(s) língua(s). Assim, por trás da dicotomia língua e dialeto, existe um preconceito linguístico, o reflexo de um preconceito social. Esses dois termos são usados em função do *status* social da pessoa.

Falar sobre preconceito linguístico significa analisar a hierarquização entre as línguas. Assim, para caracterizar o plurilinguismo planetário, Calvet (1999) propõe o modelo gravitacional segundo o qual existe apenas uma língua hipercentral (inglês) ao redor da qual gravitam línguas supercentrais (alemão, árabe, espanhol, francês, italiano, português, entre outras), línguas centrais (wolof, suali) e línguas periféricas. Este modelo é um exemplo de preconceito linguístico uma vez que as línguas são hierarquizadas conforme o *status* socioeconômico das pessoas e de um país para outro.

É importante recordar que no processo colonialista, os europeus impuseram suas línguas em detrimento das línguas locais – sempre consideradas “dialeto”. Tem-se aí um caso de glotofobia, que levou a uma glotofagia¹¹, pois, muitas línguas morreram, como, por exemplo, grande parte das línguas indígenas no Brasil, por não resistirem à pressão das línguas dos colonizadores, evidenciando, assim, a língua como um lobo para a própria língua.¹²

Os preconceitos resultam do mesmo processo de categorização e classificação da humanidade. Baseiam-se em elementos subjetivos, muitas vezes ligados a representações estereotipadas, e combinam dados objetivos

como físico, idade, posição social, religião, origem, etc. Um indivíduo será, portanto, julgado com base nessa opinião aplicada, por amálgama, a todos os presumíveis membros da sua categoria, que pode ser constituída segundo múltiplos critérios (ricos, negros, mulheres, belgas, loiros, etc.). Assim, o indivíduo não é avaliado em função de sua personalidade e de seus traços próprios, físicos ou morais, mas sim daqueles atribuídos a todos os seus pares.

Os preconceitos são expressos com base na dicotomia “eles” e “nós”. Levam ao distanciamento de certos indivíduos e de certos grupos e permitem fortalecer os laços entre os membros do grupo. Existem assim preconceitos negativos, que visam excluir, e preconceitos positivos, que reforçam a autoestima individual ou coletiva. Quando se trata de preconceito racial, podem levar a atitudes discriminatórias ou segregativas.

Diante dos preconceitos linguísticos, dirigentes africanos têm se debruçado logo após as independências políticas, através de glotopolítica para o ensino das línguas maternas no sistema educacional, uma vez que as línguas dos ex-colonizadores são não somente glotofágicas para as línguas maternas, mas também matam as culturas locais. Esses mesmos ex-colonizadores avaliam os níveis de alfabetização das populações no mundo, afirmando que os países africanos são analfabetos.

Afinal, o que significa ser analfabeto e em que língua? Será que que é apenas a língua do ex-colonizador que goza de um direito legal? É importante ressaltar que em África, as pessoas são no mínimo bilíngues. Assim, um senegalês pode ser analfabeto na língua francesa, mas fala, lê e escreve em, pelo menos, duas línguas nacionais. Os parâmetros de avaliação não devem se basear somente nas línguas europeias, uma vez que cada país da África representa uma Ecologia Linguística complexa, convivendo em um mesmo país, independentemente do tamanho, de 10 a 40 línguas.

A maioria das línguas do Senegal são descritas, o que lhes atribuem um caráter padrão com suas respectivas gramáticas. Esse sucesso é a concretização do sonho de Cheikh Anta Diop que sempre lutou por uma educação em línguas nacionais. Atualmente, fala-se no Senegal em educação bilíngue que consiste no ensino de uma das línguas nacionais ao lado do francês. Urge ressaltar que foi muito prejudicial o ensino do/em francês, uma língua estrangeira, que não é língua materna de ninguém no Senegal. Como dizia Cheikh Anta Diop, o prejuízo é tanto que resultava em repetências e abandonos escolares, uma vez que, para entender as noções matemáticas em francês, o aluno levava muitos anos, sendo que isso poderia ser facilitado se o ensino fosse em língua materna.

5. RCC: A RCC é um periódico de comunicação de produção científica da SEEDF, sendo uma grande parte de autores/as professores/as da Secretaria de Educação, dos quais muitos são egressos/as da UnB. Neste ano de 2024, a RCC completa uma década de existência, quais dicas você daria para os próximos 10 anos deste periódico e como contribuir com a popularização da ciência na perspectiva epistêmica plural e diversa?

Djiby Mané: Primeiramente, gostaria de agradecer pelo convite, por ter me dado a oportunidade de poder contribuir com essa revista. É sempre uma honra poder contribuir, principalmente no tocante à minha formação acadêmica, atuação profissional e a minha origem social e racial. A academia sempre nos proporciona esse envolvimento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por ser uma universidade pública, a UnB tem contribuído na formação de professores, inclusive, os da SEEDF. Além disso, as escolas da SEEDF têm oportunizado a realização de estágios curriculares supervisionados e aplicação de projetos de pesquisa e extensão.

Melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem envolve inevitavelmente a formação de professores. O rápido crescimento do conhecimento e dos novos paradigmas educativos, a adaptação às novas tecnologias, as mudanças metodológicas e didáticas necessárias à universidade atual, exigem dos professores uma formação e atualização constante dos seus conhecimentos. Consequentemente, a formação de professores deve estar muito presente nas universidades. Essa presença manifesta-se através dos programas de formação continuada ofertados pelos programas de pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão.

A formação continuada constitui, para todos os professores e docentes, uma das alavancas estratégicas para o desenvolvimento de competências, não só no domínio do ensino, mas também para garantir uma melhor gestão dos estabelecimentos de ensino. Com efeito, as sessões de formação continuada são oferecidas em resposta à constante evolução das necessidades de formação, tendendo para mais eficiência, mais flexibilidade e menos custos. Assim, por ser uma universidade pública, a UnB pode proporcionar melhor essa formação.

No tocante à luta contra o racismo, acredito que todos nós, independentemente da cor da pele, devemos unir as forças para acabar com o racismo.

A questão da discriminação no ambiente escolar é algo óbvio. A escola não é mais um santuário, mas é porosa para questões sociais e raciais que ocupam e preocupam a sociedade em geral. Nos moldes atuais, ela contribui para um modo de seleção fundamentalmente contrário à sua filosofia. Destarte, introduzir a temática do letramento racial mostra-se como uma via de provocação aos professores e à sociedade em geral.

A preocupação em garantir a todos um sentimento de pertença à turma e ao ambiente escolar, permitindo-lhes encontrar oportunidades de formação justa, exige que o tema “racismo” e outros correlatos devem ser abordados pelos professores. Mas, faz-se importante dispor de um conjunto de ferramentas que permita promover um ambiente ideal de discussão dessas e de outras questões com os alunos. Além disso, acredita-se que profissionais da SEEDF poderiam juntar forças com o NEAB Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UnB) que tem se debruçado na temática racial e africanidade.

Diversidade é tudo o que torna as pessoas diferentes umas das outras. Inclui muitos fatores como, por exemplo, raça, etnia, gênero, orientação sexual, *status* socioeconômico, capacidades, idade, crenças religiosas ou políticas. A combinação desses e de outros fatores torna cada um de nós único.

Apesar da sua diversidade, a escola luta para se adaptar às mudanças no conhecimento e na sociedade. Ela está na encruzilhada de questões individuais (aprendizagem, formação, convívio, obtenção de diploma, etc.) e políticas (socialização dos alunos, integração dos cidadãos). Hoje enfrenta novos desafios: quebra da socialização juvenil, manutenção das desigualdades sociais, consciência da discriminação racial, explosão das tecnologias digitais, etc.

Com os fluxos migratórios devido à instabilidade política em países vizinhos ao Brasil, as escolas públicas de Brasília têm se tornado cada vez mais diversas social, econômica, cultural, linguística e racialmente, ao receber alunos de diferentes origens, em especial, espanófono (colombianos e venezuelanos) e francófono (haitianos).

Um outro fator de diversidade na SEEDF é que a instituição conta com escolas do campo, cuja realidade é totalmente diferente das da cidade. Muitos professores das escolas do campo podem dominar as suas respectivas disciplinas, mas não conhecem as realidades do campo. Em outras palavras, esses profissionais acabam não fazendo uma relação entre o conteúdo ministrado com as realidades do campo.

Para lidar com a diversidade nas escolas do DF, acredito que a Revista RCC pode desempenhar um papel *sine qua non* através do envolvimento dos professores da SEEDF em atividades de pesquisas e na publicação dos resultados dessas pesquisas para contribuir com a revista.

A Revista RCC é uma ferramenta de fundamental importância para os professores da SEEDF que poderão colocar em prática as atividades de ensino e pesquisa. Como todos eles possuem a formação inicial e a maioria deles é formada pela UnB, além de muitos serem mestres e doutores, acredito que poderão se envolver mais nas atividades de ensino e pesquisa no intuito de publicar artigos decorrentes das atividades de ensino e pesquisa para abastecer a Revista RCC.

Assim, nos próximos dez anos, a RCC poderá contar com a contribuição dos professores da SEEDF que se tornarão professores-pesquisadores, associando o ensino e a pesquisa no intuito de divulgar seus trabalhos de pesquisas por meio

de artigos. Além disso, a parceria com a UnB pode ser muito importante uma vez que seus professores podem envolver os professores da SEEDF em seus projetos de pesquisas e contribuir com a RCC publicando artigos. ■

Notas

- ¹ CHARAUDEAU, Patrick. Langue, discours et identité culturelle. **Revue de didactologie des langues-cultures**, 3-4, n.123, 2001, p. 341-348. ISSN 0071- 190X.
- ² Do original, em francês: *Pour le dire autrement, ce ne sont ni les mots dans leur morphologie ni les règles de syntaxe qui sont porteurs de culturel, mais les manières de parler de chaque communauté, les façons d'employer les mots, les manières de raisonner, de raconter, d'argumenter pour blaguer, pour expliquer, pour persuader, pour séduire* (Idem, 2001, p. 343).
- ³ CALVET, Louis-Jean. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 1999, 304 p.
- ⁴ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 50.
- ⁵ Glotofobia é um termo que se refere ao preconceito linguístico sofrido por indivíduos, ou grupos de indivíduos, cuja língua, ou as práticas de linguagem, diferem da língua e/ou práticas linguísticas dominantes.
- ⁶ GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes. Produção Gráfica Geraldo Alves, 1991.
- ⁷ A referida Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.
- ⁸ É uma atividade energética que consiste em observar-se e conhecer-se para descobrir a diversidade no grupo.
- ⁹ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 27.
- ¹⁰ Ibid., p. 33.
- ¹¹ A glotofagia refere-se a um fenômeno em que uma língua é substituída ou absorvida por outra.
- ¹² **MANÉ, Djiby. Glotofobia: por uma abordagem da discriminação linguística racialmente motivada. In: Santos, Ivair Augusto Alves dos; Moreira, Marcos. As estruturas dissimuladas do racismo: histórias, memórias e resistências. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.**